

Secretaria de Estado de Governo começa capacitação de órgãos do Estado para implementar Análise de Impacto Regulatório

Qui 14 novembro

A [Secretaria de Estado de Governo \(Segov\)](#) iniciou a capacitação de alguns órgãos do [Governo de Minas](#) para a implementação da Análise de Impacto Regulatório (AIR).

Foram dois dias de evento (11 e 13/11) com a presença de servidores das secretarias de estado de [Agricultura, Pecuária e Abastecimento \(Seapa\)](#), [Desenvolvimento Econômico \(Sede\)](#), [Educação \(SEE\)](#), [Fazenda \(SEF\)](#), [Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias \(Seinfra\)](#), [Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável \(Semad\)](#), e [Planejamento e Gestão \(Seplag\)](#).

A secretária Adjunta de Estado de Governo, Mila Corrêa da Costa, esteve presente na [Fundação João Pinheiro \(FJP\)](#), onde teve contato com os profissionais e destacou a relevância dessa ferramenta.

“Vim pedir o engajamento de vocês nesse projeto que, para nós da Segov, é algo muito importante. Com certeza vamos ter uma Minas Gerais diferente e muito melhor para os mineiros a partir da implementação da Análise de Impacto Regulatório”, disse.

A implantação da AIR serve para aprimorar os processos de elaboração de novas normas e de gestão do estoque regulatório. O objetivo é entender melhor o problema, as alternativas para solução e as implicações da regulação para poder atuar na melhoria da relação custo-benefício da regulação para os mineiros.

Durante a capacitação, foi explicado de forma clara e didática como tudo funcionará na prática, como é definida complexidade do problema regulatório, como utilizar os mecanismos, como é feito o formulário para aprovação da Segov, dentre outros assuntos.

O superintendente de Gestão da Informação e Avaliação Legislativa da Segov, Bruno Ferreira Costa, foi um dos responsáveis por capacitar os servidores.

“Nós, da Segov, estamos disponíveis e muito empenhados em disseminar a metodologia e fazê-la dar certo. Sabemos que é algo novo, de uma complexidade média, e que precisamos dessa implementação assistida com vocês. Por isso, nossa equipe está toda alocada para, a partir desta semana, resolver essas questões e fazer o projeto acontecer”, explicou.

Pedro Henrique Vilela, assessor jurídico da Seinfra, avalia o curso como positivo. “Tudo foi bem prático. Teve teoria no início e agora estão acoplando com atividades práticas, para que possamos absorver os conceitos de forma rápida, para facilitar a aplicação”, disse.

“Acredito que será bem interessante, ela vai ajudar para que a gente saiba legislar melhor, em quais situações podermos recorrer a outras coisas além da legislação. Isso para ajudar a melhorar a vida do mineiro, para que possamos compreender melhor as leis que já existem e buscar outras soluções necessárias”, concluiu.

Em Minas Gerais, a obrigatoriedade de AIR prévia está prevista no Decreto nº 48.936, de 1/11/2024. A análise está sendo incorporada, inicialmente, na rotina de sete secretarias de estado, suas autarquias e fundações vinculadas.

As pastas contam com o apoio da Segov nesse processo de implantação assistida. As demais serão contempladas a partir de 2025.